

LUSITANISMO, FRANCESISMO E ANGLO-AMERICANISMO

“Eu adoro línguas, todas as línguas, tenho medo de uma língua do tipo “UNESCO”, tenho medo do anglo-americano. Detesto a vitória de um certo anglo-americanismo sobre todas as línguas”.

George Steiner
“O dia do encontro”, em *Revista Ler*.
Novembro 2011, p. 42

Sem querer reduzir o pensamento jurídico a um estrito positivismo legalista ou normativista, não posso deixar de reconhecer que o direito e a palavra mantêm entre si uma relação ontológica originária: o direito faz-se inteligível a partir das palavras que o expressam e lhe determinam ou co-determinam o sentido e alcance normativos, assim como aquele refluindo sobre estas lhes empresta, por sua vez, uma particular axiologia e uma concreta possibilidade conformadora.

Assim e no que respeita ao direito português, parece-nos que o respectivo conhecimento científico não pode nem deve ignorar a questão da língua: isto é, será metodologicamente adequado servir-nos de outra língua que não a nossa na sistematização e enunciação das proibições, permissões e/ou autorizações inscritas na ordem jurídica que nos rege? Mais: a utilização de uma língua estrangeira não se traduzirá necessariamente no *falseamento* da identidade histórico-jurídica dos diversos institutos que titulam e agregam em si a complexa teia dos singulares comandos normativos que nos determinam? Por exemplo, “propriedade” terá, exactamente, o mesmo conteúdo de sentido normativo que os anglo-saxónicos atribuem à expressão inglesa correspondente – *property* – ou os franceses a *propriété*?

No século XIX, critica-se, entre nós, o uso e abuso dos chamados “francesismos”. É a sedução por Paris – “a cidade das luzes” – e a admiração reverencial pela cultura francesa, esta última veiculada por escritores “assombrosos” como Victor Hugo, Baudelaire, Balzac ou Proust. E nós – “encostados” às franjas da Europa e “acossados” ainda por uma vizinha Espanhaimperialista – lançamo-nos, resolutamente, nos braços da nossa “amante” francesa procurando aí o consolo da novíssima “civilização ocidental”. E numa demonstração de fidelidade instruímos largamente as nossas gerações na língua francesa e “trocamos” até as nossas palavras arcaicas por outras demonstrativas do especial e suave encanto da dicção gaulesa: *boutique, abajur, guichet, manicure, bibelot, dossier, lingerie, croissant*, etc.

Certo que ainda nos resta um Camilo para nos recordar: “(...) Tão perto vão de nós esses dias de febril glória! Meio século apenas! Uma escassa vida de homem! (...) Isto foi ontem, ontem! – e já hoje todos trajamos à francesa, pensamos francesmente, falamos como pensamos e escrevemos para fazer pensar e rir a posteridade, os nossos bisnetos, uma gente nacionalíssima que não há-de ter nação nenhuma!¹”.

Passado mais de um século, eis-nos, novamente, seduzidos por outra cultura – a anglo-saxónica – fazendo do inglês a nossa “língua franca”, esquecidos que estamos

¹Neste trecho que faz parte do 1.º capítulo (p. 6) do seu romance *A enjeitada* (1866), Camilo Castelo Branco refere-se às invasões napoleónicas e à luta heroica que lhes foi oposta pelas tropas portuguesas (edição electrónica).

da antiga paixão francófona. São a este respeito, particularmente, exemplares, no campo específico – mas fundamental – da educação, as recentes exigências comunitárias que fazem da italianíssima Bolonha – sede episódica de uma Declaração que leva o seu nome –, paradoxalmente, a “nova capital” de uma ampla reforma do ensino universitário que é “um tratado todo concebido sob a égide da língua inglesa, da cultura e da mentalidade anglo-saxónicas (...) ²”. Destarte, diz-se, agora, comumente e ao arpejo das correspondentes expressões nacionais: *marketing, timing, bullying, dumping, brainstorming, leasing, hobby, mass-media, network, offshore, outsourcing, part-time, password, performance, ranking, franchising, backup, carjacking, feedback, etc.*

Neste contexto de reiterada “subserviência” cultural que nos caracteriza e sem qualquer xenofobia, gostaria apenas de sublinhar que é, precisamente, neste nosso mundo “globalizado” que mais falta nos faz a nossa língua como meio privilegiado senão único, não apenas de revelação a todos os outros do passado histórico-cultural e humano que representamos, mas, sobretudo, de afirmação da nossa particular mundividência. A final, só poderemos ser todos uma só humanidade se todos formos capazes de nos fazer respeitar nas nossas diferenças respeitando, igualmente, as dos outros (designadamente, no que respeita às línguas que, comunitariamente, construímos e culturalmente nos identificam como nação).

Por alguma razão, já Fernando Pessoa, lembrando-se “(...) da noite em que, ainda criança, lera pela primeira vez, numa seleta, o passo célebre de Vieira sobre o Rei Salomão”, confessa: “Aquele movimento hierático da nossa clara língua majestosa, aquele exprimir das ideias nas palavras inevitáveis, correr de água porque há declive, aquele assombro vocálico em que os sons são cores ideais – tudo isso me toldou de instinto como uma grande emoção política. E (...) chorei; hoje, relembrando, ainda choro. Não é – não – a saudade da infância, de que não tenho saudades: é a saudade da emoção daquele momento, a mágoa de não poder já ler pela primeira vez aquela grande certeza sinfónica. Não tenho sentimento nenhum político ou social. Tenho, porém, num sentido, um alto sentimento patriótico. **Minha pátria é a língua portuguesa** ³”

Coimbra, Novembro de 2012

João Varela

Declaro que o texto que apresento é da minha autoria, sendo exclusivamente responsável pelo respectivo conteúdo e citações efectuadas.

²MACHADO, Álvaro Manuel. “Reinventando o ‘francesismo’: estratégias de ensino e de leitura”, em *Carnets*, número especial outono/inverno 2009, p. 10.

³PESSOA, Fernando. *Livro do desassossego*. 4.^a edição (Richard Zenith). Lisboa: Assírio & Alvim, 2011, p. 229.